

Aula 00

*CNU - Concurso Nacional Unificado
(Bloco 1 - Área de Administração e
Finanças Públicas) Passo Estratégico de
Contabilidade Pública (Pré-Edital)*

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

10 de Outubro de 2023

Índice

1) Apresentação	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística Cesgranrio	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão	6
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica	18
5) Noções Gerais - Questões Comentadas Cesgranrio	19
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão	37
7) Noções Gerais - Lista de Questões Cesgranrio	42
8) Noções Gerais - Gabarito Cesgranrio	51
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas	52



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTABILIDADE PÚBLICA - INTRODUÇÃO

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Na disciplina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, constatamos a seguinte distribuição percentual de cobrança entre as questões anteriores da banca Cesgranrio realizadas desde 2018:

Tópico	% de cobrança
Receita Pública	30,00
Despesa Pública	25,00
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	20,00
Noções Gerais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	15,00
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	10,00

Com você deve ter percebido na análise estatística com percentuais “redondos” e poucos tópicos com valores, temos pouquíssimas questões recentes da banca em nossa disciplina. Tópicos que são cobrados com alguma recorrência, como as demonstrações contábeis, nem apareceram na amostra.

Isso se deve principalmente pelo fato de que a banca realiza prioritariamente concursos para estatais. Portanto, para concursos para a administração direta e autarquias, o perfil de cobrança pode ser um pouco diferente.

Ainda assim, despesas públicas e receitas públicas são os mais cobrados, o que ocorre também com a maioria das outras bancas. Portanto, é essencial que você vá para a prova com uma boa noção das classificações das despesas e das receitas.

Em nossos materiais, complementaremos com questões de outras bancas, para que você tenha uma preparação robusta.



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

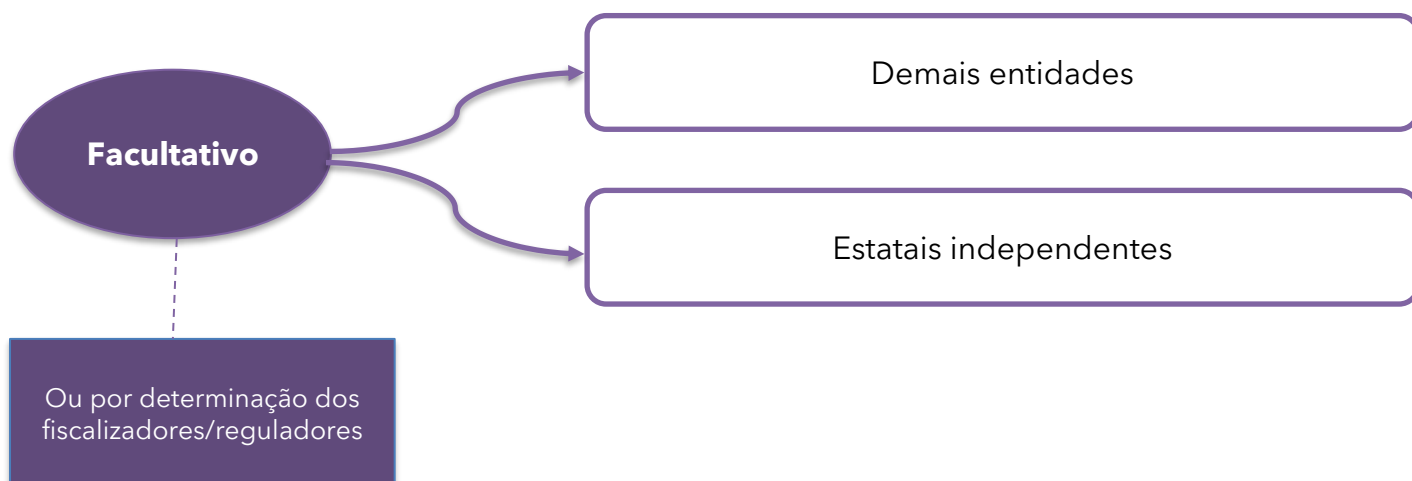
Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.





É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente**, às **entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), **órgãos**, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

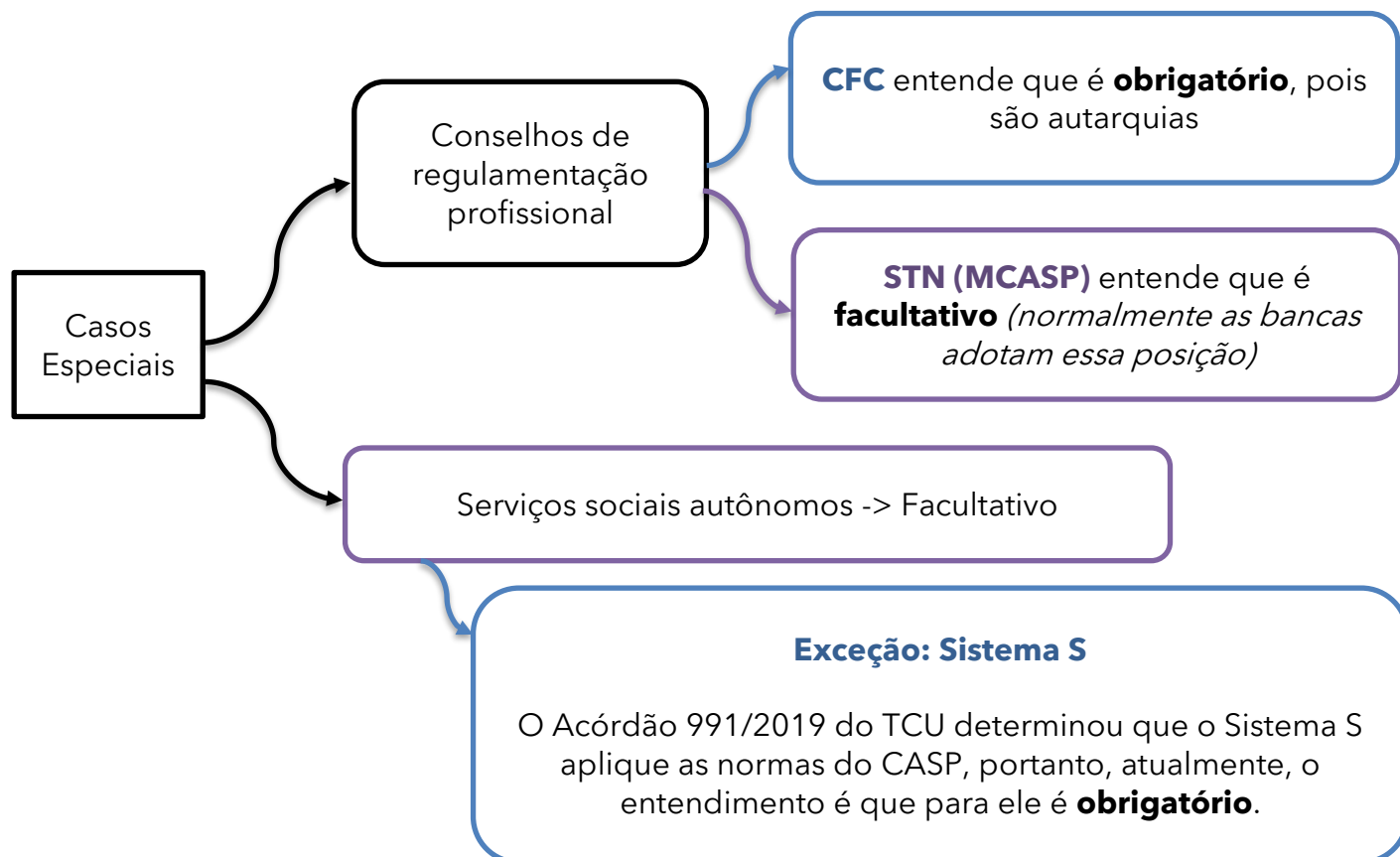
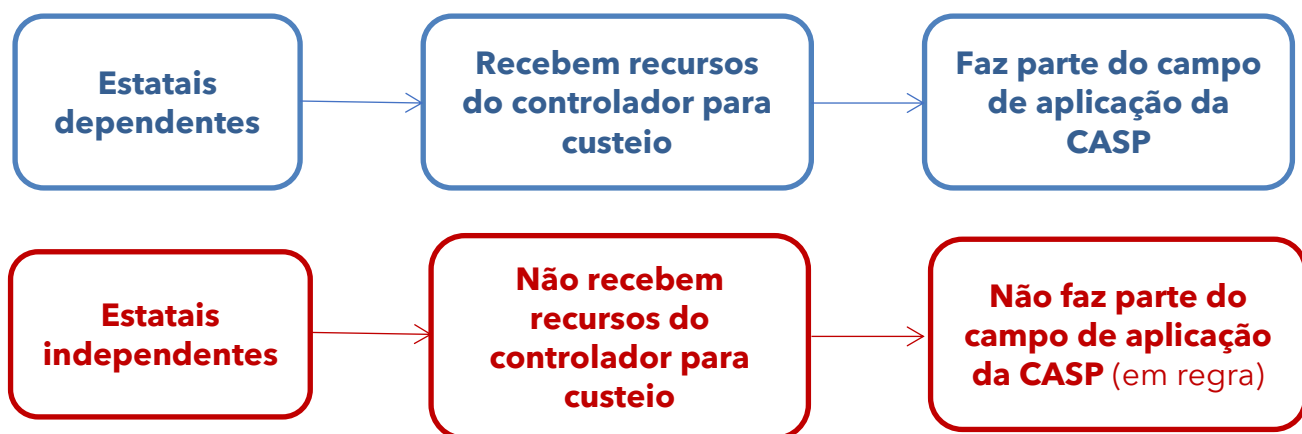
1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

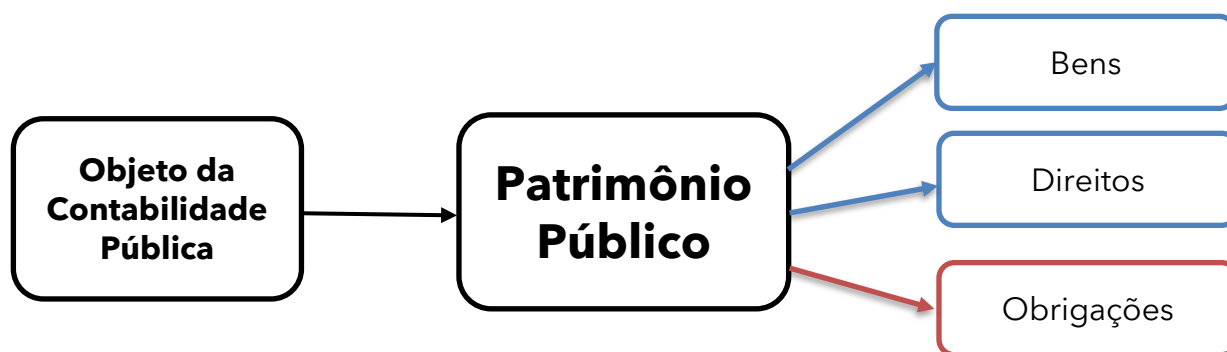
Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).







Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica - relacionados aos resultados.
 - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



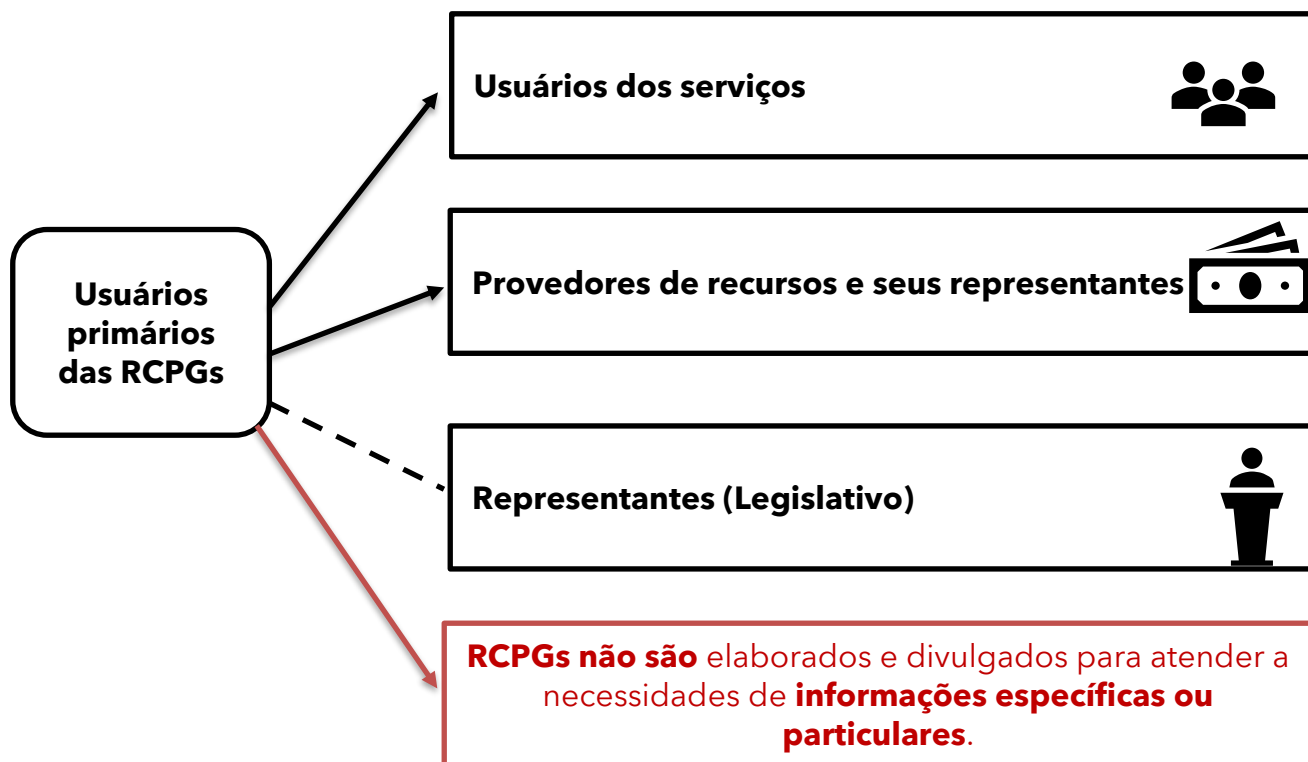
- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
 - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** – obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** – diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** – aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** – diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** – diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** – entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** – saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

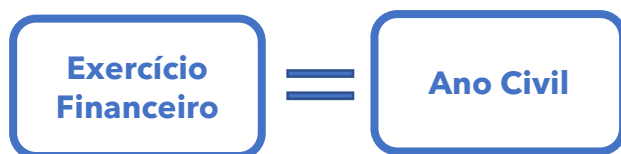
- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



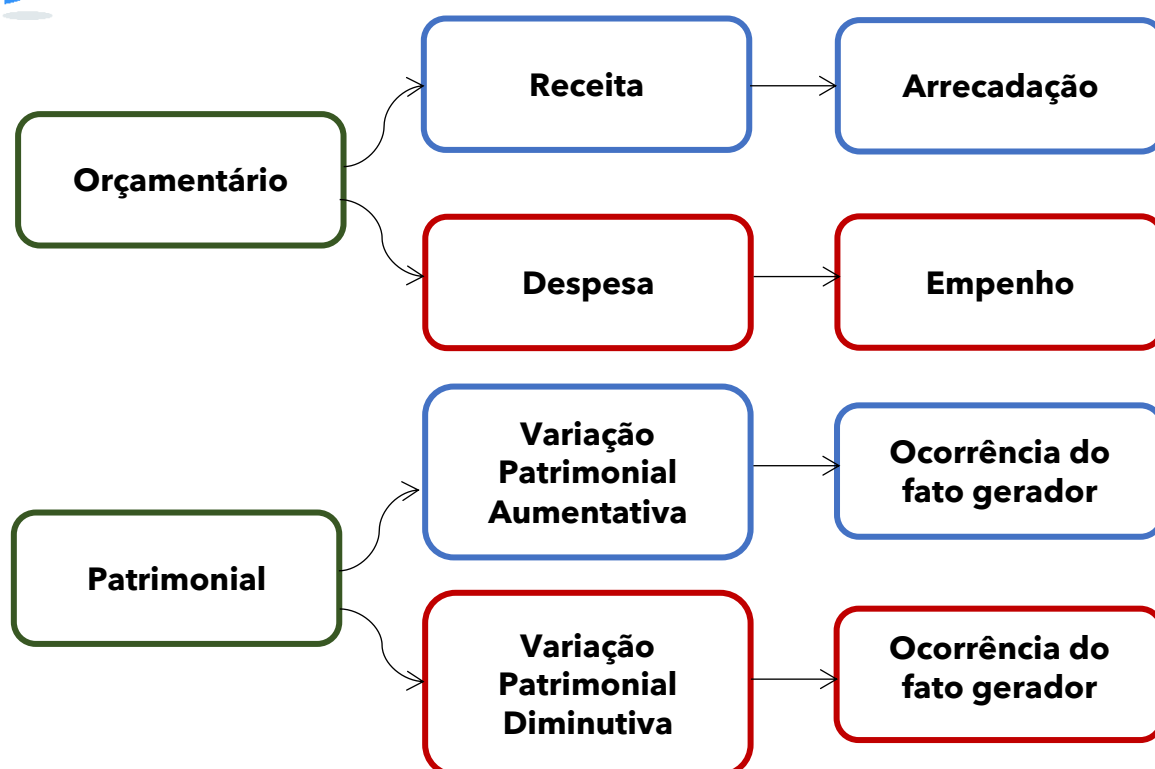
"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

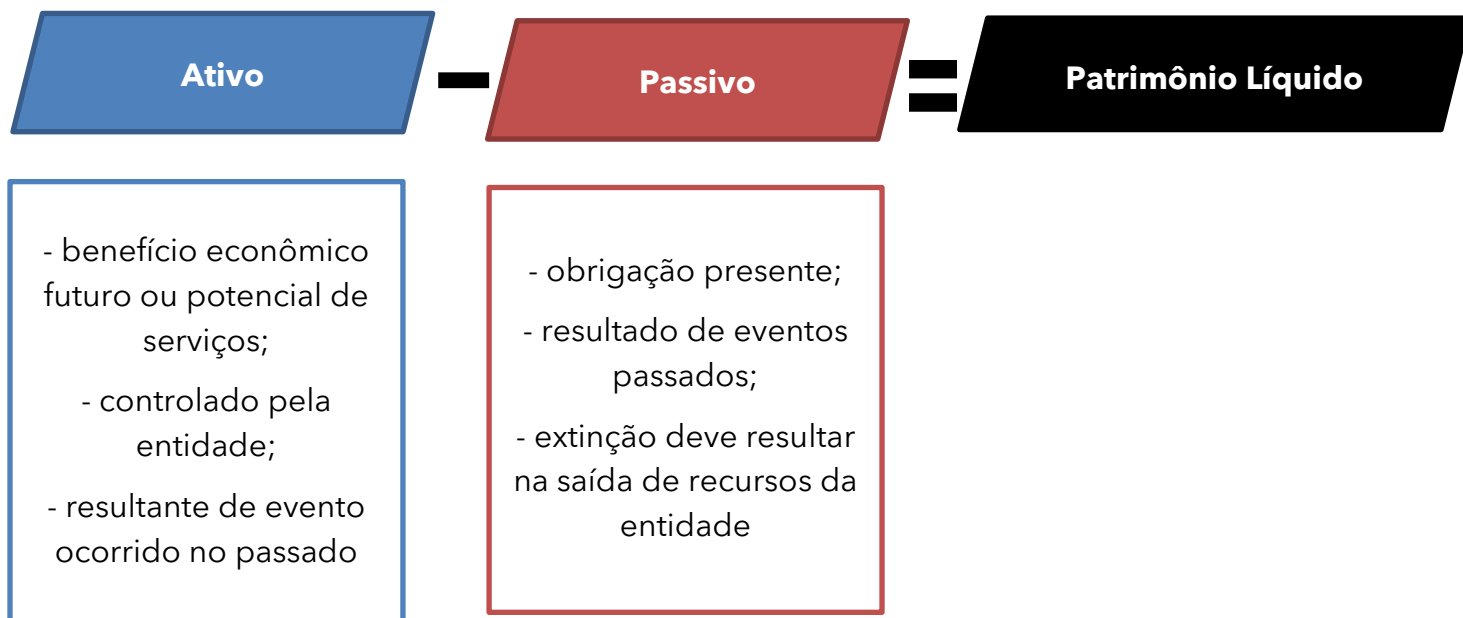
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

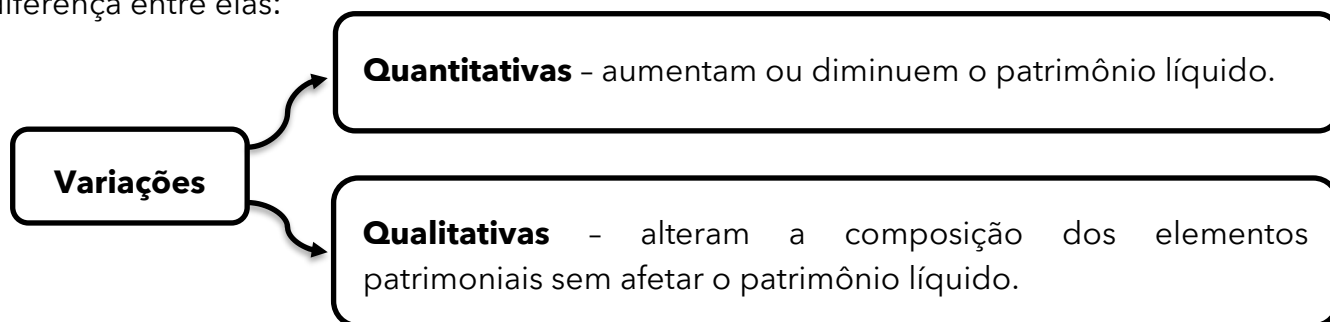
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

1. (FGV/2021/TCE-PI/Assistente de Administração)

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações geradas por essas entidades devem ser úteis aos usuários para fins de prestação de contas, e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Os usuários primários dessas informações incluem:

- a) partidos políticos com representação no Poder Legislativo;
- b) provedores de recursos e partidos políticos;
- c) provedores de recursos, usuários dos serviços e Receita Federal;
- d) usuários dos serviços e Ministério Público;
- e) usuários dos serviços, provedores de recursos e membros do Poder Legislativo.

Comentários

A FGV cobra os usuários primários dos relatórios contábeis de propósito geral, os quais são:

Usuários dos serviços



Provedores de recursos e seus representantes



Representantes (Legislativo)



2.4. (...) Assim, para os propósitos desta estrutura conceitual, **os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes e os provedores de recursos e seus representantes** (doravante identificados como usuários dos serviços e provedores de recursos, a não ser que sejam identificados de outra forma).

Gabarito: E

2. (FGV/2015/DPE MT/Contador)

Assinale a opção que indica o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- a) Entidades públicas
- b) Demonstrações contábeis
- c) Resultado público
- d) Ativos públicos
- e) Patrimônio público

Comentários

Não pode errar uma dessa na prova...

Objeto da contabilidade = **PATRIMÔNIO PÚBLICO**

Não deixe a banca confundir você falando em orçamento público, resultado público, ativos públicos, passivo do setor público, demonstrações contábeis, receitas públicas... Falou em objeto, falou em patrimônio público.

Gabarito: E

3. (FCC/2018/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

As normas brasileiras de contabilidade constituem importante paradigma de conduta profissional na condução dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, e correlatos. Iniciadas pelo acrônimo "NBC", dividem-se em normas técnicas, que recebem o primeiro sufixo "T", e profissionais, que recebem o primeiro sufixo "P".

Acerca da NBC TSP, é correto afirmar que

- a) é norma técnica que inclui peculiaridades das sociedades domiciliadas no Estado de São Paulo.
- b) sua estrutura conceitual não faz menção a orçamento.
- c) embora as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis do setor público tenham muito em comum, são reguladas por diretrizes com objetivos diferentes.
- d) normas técnicas regionalizadas, como a atual ESTRUTURA CONCEITUAL, permanecerão válidas até 2019, quando então darão lugar às normas internacionais convergidas (IFAC-IPSAS).



e) não é candidata ao processo de convergência com as normas internacionais (IFAC-IPSAS), posto que contém muitas peculiaridades locais.

Comentários

As Normas Brasileiras de Contabilidade se dividem em profissionais e técnicas. Dentre as normas técnicas, estão as NBC TSP, as quais são aplicáveis ao setor público. Vamos aos itens.

Letra A - Errada. SP é de setor público, não de São Paulo. As NBC TSP são aplicáveis em todo o território nacional.

Letra B - Errada. A Estrutura Conceitual faz menção ao orçamento, afirmando sua importância para a definição dos níveis de tributação e de outras receitas, bem como para o processo de realização do gasto público, além de facilitar aos usuários a análise quanto ao desempenho das entidades do setor público.

Letra C - Certa. A assertiva toma como base para sua afirmação o seguinte trecho da NBC TSP Estrutura Conceitual:

"20A. Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações."

Letra D - Errada. A atual Estrutura Conceitual já faz parte do processo de convergência.

Letra E - Errada. As NBC TSP estão em processo de convergência às normas internacionais.

Gabarito: C

Características qualitativas

4. (Cesgranrio/2019/UNIRIO/Técnico - Contabilidade)

Segundo o MCASP, as características qualitativas da informação contábil devem apresentar utilidade para os usuários e suportar os objetivos dessa mesma informação limitada pelas restrições de sua inclusão nas demonstrações contábeis.

Sob esse enfoque técnico-conceitual, a omissão de uma informação que influenciou o cumprimento do dever de prestar contas é considerada, nos dizeres do MCASP, como

- a) característica qualitativa: comparabilidade.
- b) característica qualitativa: representação fidedigna.
- c) característica qualitativa: tempestividade.
- d) restrição da informação: custo-benefício.
- e) restrição da informação: materialidade.



Comentários

A NBC TSP Estrutura Conceitual traz a seguinte definição da restrição inerente à informação denominada materialidade:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua **omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização**, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.

Como o enunciado trata da omissão de informação que influenciou o cumprimento do dever de prestar contas, ele está se referindo a essa restrição, sendo a letra E o gabarito da questão.

A restrição da informação custo-benefício, por sua vez, está relacionada ao fato de os benefícios da divulgação de uma informação justificarem os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.

As três características qualitativas trazidas nas alternativas, por sua vez, têm a seguinte definição:

- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

Gabarito: E

5. (Cesgranrio/2018/Transpetro/Profissional de Nível Superior - Contabilidade)

A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL apresenta, no seu capítulo 3, as características qualitativas da informação contábil financeira útil. Nesse contexto, ao estabelecer que, para a informação ser útil, a realidade retratada precisa ser completa, neutra e livre de erro, contempla a característica qualitativa da

- a) Compreensibilidade
- b) Materialidade
- c) Relevância
- d) Representação fidedigna
- e) Tempestividade



Comentários

A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material, de forma que a alternativa correta é a letra D.

Quanto às características qualitativas apresentadas nas demais alternativas:

- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

A materialidade, por sua vez, é uma restrição inerente à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua **omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização**, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.

Gabarito: D

6. (FGV/2018/CM Salvador/Analista Legislativo)

Uma entidade pública estava em negociação para obtenção de empréstimo junto a um organismo financeiro multilateral. O organismo solicitou as demonstrações contábeis e fiscais do ente dos três últimos exercícios financeiros. O objetivo era analisar as informações contábeis quanto ao valor confirmatório e preditivo da capacidade financeira da entidade.

Esse objetivo está diretamente ligado à característica do(a):

- a) comparabilidade;
- b) compreensibilidade;
- c) custo-benefício;
- d) relevância;
- e) representação fidedigna.



Comentários

As palavras-chave do enunciado para matar a questão são “valor confirmatório e preditivo da capacidade financeira da entidade”, os quais estão ligados à relevância, sendo a alternativa D a resposta da questão.

Lembrando o conceito de relevância:

Relevância - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

Vejamos os conceitos das demais características:

Letra A - comparabilidade - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Letra B - compreensibilidade - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Letra C - custo-benefício - não se trata de uma característica qualitativa, mas uma restrição inerente à informação. Verifica se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la ou utilizá-la.

Letra E - representação fidedigna - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Gabarito: D

7. (FCC/2018/MPE PE/Analista Ministerial - Auditoria)

De acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público - RCPGs, a

a) relevância é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando a representação do fenômeno por uma determinada entidade pública é completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível.

b) verificabilidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

c) consistência é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública.

d) materialidade é uma característica qualitativa da informação que assegura que a informação contábil-financeira será material se sua omissão puder influenciar o processo de tomada de decisão dos usuários.



e) neutralidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que o retrato da realidade econômica contido nos RCPGs é desprovido de viés na seleção da informação contábil-financeira que se propõe a representar.

Comentários

Letra A - Errada. A assertiva apresenta a representação fidedigna.

Letra B - Certa. O item apresenta a característica qualitativa da verificabilidade em conformidade com a NBC TSP Estrutura Conceitual.

Letra C - Errada. A consistência realmente é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública. Todavia, ela não se trata de uma característica qualitativa da informação contábil, mas apenas auxilia a alcançar a característica da comparabilidade.

Letra D - Errada. O conceito em si está correto, pois uma informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações. Todavia, materialidade não é uma característica qualitativa, mas uma restrição inerente à informação.

Letra E - Errada. Realmente a neutralidade é um elemento que ajuda a assegurar que o retrato da realidade econômica é desprovido de viés na seleção da informação que se propõe a apresentar. Todavia, a neutralidade não é uma característica qualitativa por si só, mas um dos elementos da característica qualitativa da representação fidedigna.

Gabarito: B

8. (FCC/2017/TRE PR/Analista Judiciário)

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma das restrições inerentes à informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público é a

- a) relevância.
- b) legalidade.
- c) materialidade.
- d) verificabilidade.
- e) tempestividade.

Comentários

As restrições inerentes à informação são: materialidade; custo-benefício; alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas. Portanto, a alternativa correta é a letra C.

As alternativas A, D e E trazem características qualitativas.

Gabarito: C



9. (Cebraspe/2022/DPE RO/Técnico em Contabilidade)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a neutralidade da informação contábil é uma condição que diz respeito à característica qualitativa da informação contábil denominada

- a) materialidade.
- b) consistência.
- c) representação fidedigna.
- d) compreensibilidade.
- e) relevância.

Comentários

De acordo com a característica qualitativa da representação fidedigna, a informação deve ser completa, **neutra** e livre de erro material, portanto, a alternativa correta é a letra C.

Dentre as demais alternativas, as letras D e E também trazem características qualitativas.

A compreensibilidade permite que os usuários compreendam o seu significado, sendo aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

A relevância é a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

A materialidade, por sua vez, é uma restrição inerente à informação, sendo que a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.

Por fim, a consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. Não é uma característica qualitativa, mas ajuda a atingir a característica da comparabilidade.

Gabarito: C

10.(Cebraspe/2019/MPC PA/Procurador de Contas)

A comparabilidade da informação financeira

- a) constitui a relação entre dois ou mais itens de informação.
- b) refere-se à utilização dos mesmos princípios contábeis.
- c) auxilia na consecução do objetivo de consistência.
- d) demanda que todas as informações sejam uniformes.
- e) é necessária apenas para permitir comparação com outras entidades.



Comentários

Vamos analisar os itens individualmente.

Letra A - Correta. Veja como está previsto na NBC TSP Estrutura Conceitual:

3.21 Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade **da relação entre dois ou mais itens de informação**.

Letras B e C - Erradas. O item 3.22 diz o contrário, veja:

3.22 A comparabilidade difere da consistência. **A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração (LETRA B)**, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades. **A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia a atingi-lo (LETRA C)**. Em alguns casos, os princípios ou políticas contábeis adotados pela entidade podem ser revisados para melhor representar determinada transação ou evento nos RCPGs. Nesses casos, a inclusão de evidenciação ou explicação adicional pode ser necessária para satisfazer às características da comparabilidade.

A letra B está errada, pois quem se refere à utilização dos mesmos princípios contábeis é a consistência.

A letra C está errada porque é a consistência quem auxilia na consecução do objetivo da comparabilidade.

Letra D - Errada, porque a ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.

3.23 A comparabilidade também difere da uniformidade. **Para que a informação seja comparável, coisas semelhantes devem parecer semelhantes e coisas distintas devem parecer distintas. A ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.** A comparabilidade da informação nos RCPGs não é aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes, assim como ao fazer com que coisas semelhantes pareçam distintas.

Letra E - Errada, pois o objetivo da comparabilidade é muito mais amplo. A própria NBC TSP Estrutura Conceitual coloca diversos casos de utilização.

3.24 A informação sobre a situação patrimonial da entidade, o desempenho, os fluxos de caixa, a conformidade com os orçamentos aprovados ou com outra legislação relevante ou com os demais regulamentos relacionados à captação e à utilização dos recursos, o desempenho da prestação de serviços e os seus planos futuros, é necessária para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A utilidade de tal informação é aprimorada se puder ser comparada com, por exemplo:



- (a) **informações financeiras e não financeiras prospectivas anteriormente apresentadas** para aquele exercício ou data do relatório;
- (b) **informação similar sobre a mesma entidade** referente a algum outro exercício ou a algum outro momento no tempo; e
- (c) **informação similar sobre outras entidades** (por exemplo, entidades do setor público prestando serviços semelhantes em jurisdições distintas) para o mesmo exercício.

Gabarito: A

11.(Cebraspe/2018/TCE-MG/Analista de Controle Externo - Ciências Contábeis)

Uma entidade pública realizou operação de arrendamento mercantil financeiro de um ativo tangível. O gestor contábil interpretou a operação como direito cedido por meio de contrato de licenciamento e contabilizou o fato como ativo intangível.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação violada pela entidade quando da publicação dos relatórios contábeis.

- a) compreensibilidade
- b) tempestividade
- c) imparcialidade
- d) relevância
- e) representação fidedigna

Comentários

O fato foi o lançamento de um ativo tangível como ativo intangível, ou seja, a representação não foi fidedigna, de forma que o gabarito é a letra E. Relembrando que a representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material e, no caso em análise, ela não está livre de erro material.

Vamos relembrar os conceitos das características qualitativas presentes nas demais assertivas:

Compreensibilidade – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Tempestividade – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

Relevância – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

A imparcialidade não é uma das características qualitativas.

Gabarito: E



Regimes Orçamentário e Patrimonial

12.(Cesgranrio/2018/Liquigás/Profissional Júnior - Administração)

O controle contábil da execução orçamentária dos órgãos da administração pública direta é feito pelo regime de caixa para

- a) elaboração do fluxo de caixa, apenas
- b) receitas extraorçamentárias, apenas
- c) receitas orçamentárias, apenas
- d) todas as despesas
- e) todas as receitas

Comentários

No âmbito da execução orçamentária da administração pública direta, temos um regime misto, em que as receitas são reconhecidas na arrecadação (regime de caixa) e as despesas são reconhecidas no empenho (regime de competência), portanto, a alternativa correta é a letra E, pois o controle contábil da execução orçamentária é feito pelo regime de caixa para todas as receitas.

Gabarito: E

13.(FGV/2021/TCE-AM/Auditor Técnico de Controle Externo)

Para fins de controle da execução orçamentária, o registro de receitas e despesas segue os dispositivos da Lei nº 4.320/1964. Esses dispositivos orientam que:

- a) despesas que não cumprem todos os estágios de execução são anuladas ao final do exercício;
- b) o empenho de despesa depende da ocorrência do fato gerador;
- c) o regime de reconhecimento da receita é mais restritivo do que o da despesa;
- d) receitas e despesas são reconhecidas com base no mesmo regime;
- e) receitas lançadas e não arrecadadas são incorporadas na estimativa do exercício seguinte.

Comentários

A - Errada. As despesas que não cumprirem os estágios podem ser canceladas ou inscritas em restos a pagar.

B - Errada. O empenho independe da ocorrência do fato gerador.

C - Certa. Lembre-se do artigo 35 da Lei nº 4.320/64:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:



- I - as receitas nêle arrecadadas;
- II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

Portanto, o reconhecimento das receitas é mais restritivo do que o das despesas, tendo em vista que as receitas demandam o recebimento do caixa, ao passo que para as despesas basta o empenho.

D - Errada. Conforme o artigo 35, as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.

E - Errada. A Lei nº 4.320/64 em momento algum indica a incorporação das receitas lançadas na estimativa de arrecadação. De acordo com a Lei, a estimativa deverá ocorrer com base no histórico de arrecadação.

Art. 29. Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar **demonstrações mensais da receita arrecadada**, segundo as rubricas, **para servirem de base a estimativa** da receita, na proposta orçamentária.

Parágrafo único. Quando houver órgão central de orçamento, essas demonstrações ser-lhe-ão remetidas mensalmente.

Art. 30. A **estimativa da receita** terá por base as demonstrações a que se refere o artigo anterior à **arrecadação dos três últimos exercícios**, pelo menos bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.

O que a Lei determina é que, se as receitas lançadas não forem arrecadadas dentro do prazo, serão inscritas como Dívida Ativa.

Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

§ 1º - Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título.

Gabarito: C



14.(FGV/2017/IBGE/Analista - Orçamento e Finanças)

As informações do Quadro a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A partir das informações do Quadro, pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de:

- a) 21.707.193,00;
- b) 23.885.743,00;
- c) 24.487.589,00;
- d) 25.711.379,00;
- e) 27.889.929,00.

Comentários

De acordo com o que vimos no roteiro de revisão, em que momento é reconhecida a despesa orçamentária?

No momento do empenho, portanto, a despesa orçamentária executada no período corresponde às despesas empenhadas, ou seja, R\$ 24.487.589,00, conforme afirma a alternativa C.

Gabarito: C

15.(FGV/2016/Prefeitura de Cuiabá/Auditor Fiscal)

Uma prefeitura apresentava os seguintes saldos em 31/12/2015 (em milhares de reais), referentes ao ano de 2015:

Receita Arrecadada R\$ 12.000,00
Receita Prevista R\$ 14.000,00
Despesa Fixada R\$ 8.500,00
Despesa Empenhada R\$ 8.000,00



Despesa Paga..... R\$ 5.000,00

Despesa Liquidada..... R\$ 7.500,00

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o resultado da execução orçamentária, em 31/12/2015, é de

- a) R\$ 4.000,00.
- b) R\$ 4.500,00.
- c) R\$ 5.500,00.
- d) R\$ 6.000,00.
- e) R\$ 6.500,00.

Comentários

De acordo com o artigo 35 da Lei nº 4.320/64, sob o aspecto orçamentário, as receitas são reconhecidas no momento da arrecadação e as despesas no momento do empenho. De acordo com os dados trazidos no enunciado, utilizaremos os seguintes valores:

Receita arrecadada = R\$ 12.000,00

Despesa empenhada = R\$ 8.000,00

Resultado da execução orçamentária = $12.000 - 8.000 = 4.000,00$

Gabarito: A

16.(FCC/2019/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal)

Considere as informações abaixo referentes à aquisição e à distribuição de 220 mochilas escolares em uma determinada entidade pública municipal.

25/01/2019: empenho da despesa no valor de R\$ 11.000,00 referente à aquisição de 220 mochilas escolares.

05/02/2019: o fornecedor entregou as 220 mochilas escolares e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho.

19/02/2019: pagamento da despesa referente à aquisição das 220 mochilas escolares pelo valor total do empenho.

04/03/2019: distribuição das 220 mochilas escolares aos alunos do ensino fundamental de uma escola municipal.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 25/01/2019 e 05/02/2019.
- b) 25/01/2019 e 04/03/2019.



- c) 19/02/2019 e 05/02/2019.
- d) 19/02/2019 e 04/03/2019.
- e) 05/02/2019 e 05/02/2019.

Comentários

Essa questão traz um tema que estudaremos com mais detalhes nas aulas sobre os procedimentos contábeis patrimoniais, mas vamos usá-la para reforçar o que vimos até aqui.

Primeiramente, na execução orçamentária, em qual momento se reconhece a despesa? No empenho, portanto, no dia 25/01/2019.

E o resultado patrimonial, quando será reconhecido? Quando houver a variação patrimonial diminutiva. Nesse caso, vamos avaliar as etapas...

05/02/2019 - Foram recebidas as mochilas, contabilizadas no ativo, e constituída uma obrigação de pagamento pelo mesmo valor no passivo. Não houve alteração no resultado patrimonial.

19/02/2019 - Houve uma redução no ativo em relação ao caixa utilizado para pagamento e uma redução concomitante no passivo em relação à baixa da obrigação paga. Não houve alteração no resultado patrimonial.

04/03/2019 - Houve a baixa no ativo em relação ao material distribuído, impactando negativamente o resultado patrimonial.

Portanto, o resultado patrimonial é impactado em 04/03/2019, sendo a alternativa correta a letra B.

Não se preocupe se teve dificuldades aqui, pois aprofundaremos esse tópico a partir da aula 10.

Gabarito: B

17. (FCC/2018/SEGEF MA/Analista Executivo - Contador)

Considere as informações abaixo referentes a um crédito não tributário decorrente da prestação de serviços realizada por um ente público e que foi inscrito em dívida ativa:

20/06/2017: lançamento da receita de prestação de serviços.

30/10/2017: inscrição do crédito não tributário, referente à prestação de serviços, em dívida ativa.

23/02/2018: arrecadação do valor do crédito não tributário inscrito em dívida ativa por meio da rede bancária credenciada para o recebimento.

28/02/2018: recolhimento da receita referente ao crédito não tributário inscrito em dívida ativa para a conta específica do Tesouro.



O resultado de execução orçamentária, conforme Lei no 4.320/1964, e o resultado patrimonial do ente público foram impactados, respectivamente, em

- a) 23/02/2018 e 20/06/2017.
- b) 23/02/2018 e 23/02/2018.
- c) 28/02/2018 e 20/06/2017.
- d) 28/02/2018 e 30/10/2017.
- e) 23/02/2018 e 30/10/2017.

Comentários

Mesmo caso da questão anterior, mas agora em relação à receita.

Em que momento se reconhece a receita na execução orçamentária? Na arrecadação, portanto, dia 23/02/2018.

Em que momento se reconhece a variação patrimonial aumentativa no resultado patrimonial? No lançamento, portanto, dia 20/06/2017.

Gabarito: A

18.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o exercício financeiro abrange

- a) receitas projetadas.
- b) receitas empenhadas.
- c) faturamento previsto.
- d) despesas nele legalmente empenhadas.
- e) despesas orçadas.

Comentários

Questão já bastante batida sobre o artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

"Art. 35. *Pertencem ao exercício financeiro:*

I - as receitas nêle arrecadadas;

*II - as **despesas nêle legalmente empenhadas.***"

Gabarito: D

19.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

Acerca da relação entre passivo exigível (visão patrimonial) e as etapas da execução orçamentária (visão orçamentária), é correto afirmar que o registro da obrigação patrimonial deve ocorrer

- a) antes da execução orçamentária.



- b) concomitantemente com a execução orçamentária.
- c) depois da execução orçamentária.
- d) independentemente da execução orçamentária.
- e) depois da prestação de contas da execução orçamentária.

Comentários

Como vimos no roteiro de revisão, o lançamento patrimonial ocorre de forma independente da execução orçamentária, sendo a letra D o gabarito da questão.

Por exemplo, no caso do 13º salário, o lançamento patrimonial ocorre mensalmente, enquanto a execução orçamentária ocorre somente no mês do pagamento. Já no pagamento mensal da folha de pagamento, a execução orçamentária e a variação patrimonial diminutiva costumam ocorrer no mesmo mês. Em um serviço de natureza continuada, contudo, é comum que seja feito o empenho global já no primeiro mês, ocorrendo a execução orçamentária, ao passo que a VPD é lançada mensalmente, conforme seja reconhecida a prestação dos serviços.

Os casos acima demonstram que a execução orçamentária pode ocorrer antes, durante ou após o lançamento patrimonial, sendo estes independentes entre si.

Gabarito: D

20.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, o registro contábil da receita pública no âmbito da atividade tributária deve ocorrer na etapa

- a) da previsão, uma vez que essa etapa é a base para estimar as necessidades de financiamento do governo.
- b) do lançamento, uma vez que nessa etapa é verificada a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- c) da execução da despesa, quando os recursos forem efetivamente consumidos.
- d) da arrecadação, uma vez que nessa etapa evita-se que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse sua arrecadação efetiva.
- e) do recolhimento, uma vez que nessa etapa ocorre a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

Comentários

O enunciado trata do impacto no patrimônio e do registro contábil da receita, portanto, ele quer saber o momento do reconhecimento da receita sob a ótica patrimonial. Como vimos, as variações patrimoniais aumentativas devem ocorrer no momento da ocorrência do fato gerador, o qual, no caso das receitas tributárias, se dá **no momento do lançamento**, que é o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, sendo a letra B o gabarito da questão.



Cabe acrescentar que o reconhecimento da receita orçamentária é que ocorre no momento da arrecadação.

Gabarito: B



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

4. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

5. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?

Deve prevalecer a norma específica.

7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?

Tempestividade.

13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?

Verificabilidade.

14. Quando uma informação é considerada material?

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação.

16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho.

17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

Dizem respeito à execução orçamentária.

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

No momento da ocorrência do fato gerador.

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1. (FGV/2021/TCE-PI/Assistente de Administração)

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações geradas por essas entidades devem ser úteis aos usuários para fins de prestação de contas, e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Os usuários primários dessas informações incluem:

- a) partidos políticos com representação no Poder Legislativo;
- b) provedores de recursos e partidos políticos;
- c) provedores de recursos, usuários dos serviços e Receita Federal;
- d) usuários dos serviços e Ministério Público;
- e) usuários dos serviços, provedores de recursos e membros do Poder Legislativo.

2. (FGV/2015/DPE MT/Contador)

Assinale a opção que indica o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- a) Entidades públicas
- b) Demonstrações contábeis
- c) Resultado público
- d) Ativos públicos
- e) Patrimônio público

3. (FCC/2018/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

As normas brasileiras de contabilidade constituem importante paradigma de conduta profissional na condução dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, e correlatos. Iniciadas pelo acrônimo "NBC", dividem-se em normas técnicas, que recebem o primeiro sufixo "T", e profissionais, que recebem o primeiro sufixo "P".



Acerca da NBC TSP, é correto afirmar que

- a) é norma técnica que inclui peculiaridades das sociedades domiciliadas no Estado de São Paulo.
- b) sua estrutura conceitual não faz menção a orçamento.
- c) embora as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis do setor público tenham muito em comum, são reguladas por diretrizes com objetivos diferentes.
- d) normas técnicas regionalizadas, como a atual ESTRUTURA CONCEITUAL, permanecerão válidas até 2019, quando então darão lugar às normas internacionais convergidas (IFAC-IPSAS).
- e) não é candidata ao processo de convergência com as normas internacionais (IFAC-IPSAS), posto que contém muitas peculiaridades locais.

4. (Cesgranrio/2019/UNIRIO/Técnico - Contabilidade)

Segundo o MCASP, as características qualitativas da informação contábil devem apresentar utilidade para os usuários e suportar os objetivos dessa mesma informação limitada pelas restrições de sua inclusão nas demonstrações contábeis.

Sob esse enfoque técnico-conceitual, a omissão de uma informação que influenciou o cumprimento do dever de prestar contas é considerada, nos dizeres do MCASP, como

- a) característica qualitativa: comparabilidade.
- b) característica qualitativa: representação fidedigna.
- c) característica qualitativa: tempestividade.
- d) restrição da informação: custo-benefício.
- e) restrição da informação: materialidade.

5. (Cesgranrio/2018/Transpetro/Profissional de Nível Superior - Contabilidade)

A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL apresenta, no seu capítulo 3, as características qualitativas da informação contábil financeira útil. Nesse contexto, ao estabelecer que, para a informação ser útil, a realidade retratada precisa ser completa, neutra e livre de erro, contempla a característica qualitativa da

- a) Compreensibilidade
- b) Materialidade
- c) Relevância
- d) Representação fidedigna



e) Tempestividade

6. (FGV/2018/CM Salvador/Analista Legislativo)

Uma entidade pública estava em negociação para obtenção de empréstimo junto a um organismo financeiro multilateral. O organismo solicitou as demonstrações contábeis e fiscais do ente dos três últimos exercícios financeiros. O objetivo era analisar as informações contábeis quanto ao valor confirmatório e preditivo da capacidade financeira da entidade.

Esse objetivo está diretamente ligado à característica do(a):

- a) comparabilidade;
- b) compreensibilidade;
- c) custo-benefício;
- d) relevância;
- e) representação fidedigna.

7. (FCC/2018/MPE PE/Analista Ministerial - Auditoria)

De acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público – RCPGs, a

- a) relevância é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando a representação do fenômeno por uma determinada entidade pública é completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível.
- b) verificabilidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.
- c) consistência é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública.
- d) materialidade é uma característica qualitativa da informação que assegura que a informação contábil-financeira será material se sua omissão puder influenciar o processo de tomada de decisão dos usuários.
- e) neutralidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que o retrato da realidade econômica contido nos RCPGs é desprovido de vies na seleção da informação contábil-financeira que se propõe a representar.



8. (FCC/2017/TRE PR/Analista Judiciário)

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma das restrições inerentes à informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público é a

- a) relevância.
- b) legalidade.
- c) materialidade.
- d) verificabilidade.
- e) tempestividade.

9. (Cebraspe/2022/DPE RO/Técnico em Contabilidade)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a neutralidade da informação contábil é uma condição que diz respeito à característica qualitativa da informação contábil denominada

- a) materialidade.
- b) consistência.
- c) representação fidedigna.
- d) compreensibilidade.
- e) relevância.

10.(Cebraspe/2019/MPC PA/Procurador de Contas)

A comparabilidade da informação financeira

- a) constitui a relação entre dois ou mais itens de informação.
- b) refere-se à utilização dos mesmos princípios contábeis.
- c) auxilia na consecução do objetivo de consistência.
- d) demanda que todas as informações sejam uniformes.
- e) é necessária apenas para permitir comparação com outras entidades.

11.(Cebraspe/2018/TCE-MG/Analista de Controle Externo – Ciências Contábeis)

Uma entidade pública realizou operação de arrendamento mercantil financeiro de um ativo tangível. O gestor contábil interpretou a operação como direito cedido por meio de contrato de licenciamento e contabilizou o fato como ativo intangível.



Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação violada pela entidade quando da publicação dos relatórios contábeis.

- a) compreensibilidade
- b) tempestividade
- c) imparcialidade
- d) relevância
- e) representação fidedigna

12.(Cesgranrio/2018/Liquigás/Profissional Júnior - Administração)

O controle contábil da execução orçamentária dos órgãos da administração pública direta é feito pelo regime de caixa para

- a) elaboração do fluxo de caixa, apenas
- b) receitas extraorçamentárias, apenas
- c) receitas orçamentárias, apenas
- d) todas as despesas
- e) todas as receitas

13.(FGV/2021/TCE-AM/Auditor Técnico de Controle Externo)

Para fins de controle da execução orçamentária, o registro de receitas e despesas segue os dispositivos da Lei nº 4.320/1964. Esses dispositivos orientam que:

- a) despesas que não cumprem todos os estágios de execução são anuladas ao final do exercício;
- b) o empenho de despesa depende da ocorrência do fato gerador;
- c) o regime de reconhecimento da receita é mais restritivo do que o da despesa;
- d) receitas e despesas são reconhecidas com base no mesmo regime;
- e) receitas lançadas e não arrecadadas são incorporadas na estimativa do exercício seguinte.



14.(FGV/2017/IBGE/Analista - Orçamento e Finanças)

As informações do Quadro a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A partir das informações do Quadro, pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de:

- a) 21.707.193,00;
- b) 23.885.743,00;
- c) 24.487.589,00;
- d) 25.711.379,00;
- e) 27.889.929,00.

15.(FGV/2016/Prefeitura de Cuiabá/Auditor Fiscal)

Uma prefeitura apresentava os seguintes saldos em 31/12/2015 (em milhares de reais), referentes ao ano de 2015:

Receita Arrecadada	R\$ 12.000,00
Receita Prevista	R\$ 14.000,00
Despesa Fixada	R\$ 8.500,00
Despesa Empenhada	R\$ 8.000,00
Despesa Paga.....	R\$ 5.000,00
Despesa Liquidada.....	R\$ 7.500,00

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o resultado da execução orçamentária, em 31/12/2015, é de

- a) R\$ 4.000,00.
- b) R\$ 4.500,00.



- c) R\$ 5.500,00.
- d) R\$ 6.000,00.
- e) R\$ 6.500,00.

16.(FCC/2019/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal)

Considere as informações abaixo referentes à aquisição e à distribuição de 220 mochilas escolares em uma determinada entidade pública municipal.

25/01/2019: empenho da despesa no valor de R\$ 11.000,00 referente à aquisição de 220 mochilas escolares.

05/02/2019: o fornecedor entregou as 220 mochilas escolares e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho.

19/02/2019: pagamento da despesa referente à aquisição das 220 mochilas escolares pelo valor total do empenho.

04/03/2019: distribuição das 220 mochilas escolares aos alunos do ensino fundamental de uma escola municipal.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 25/01/2019 e 05/02/2019.
- b) 25/01/2019 e 04/03/2019.
- c) 19/02/2019 e 05/02/2019.
- d) 19/02/2019 e 04/03/2019.
- e) 05/02/2019 e 05/02/2019.

17. (FCC/2018/SEGEF MA/Analista Executivo - Contador)

Considere as informações abaixo referentes a um crédito não tributário decorrente da prestação de serviços realizada por um ente público e que foi inscrito em dívida ativa:

20/06/2017: lançamento da receita de prestação de serviços.

30/10/2017: inscrição do crédito não tributário, referente à prestação de serviços, em dívida ativa.

23/02/2018: arrecadação do valor do crédito não tributário inscrito em dívida ativa por meio da rede bancária credenciada para o recebimento.



28/02/2018: recolhimento da receita referente ao crédito não tributário inscrito em dívida ativa para a conta específica do Tesouro.

O resultado de execução orçamentária, conforme Lei no 4.320/1964, e o resultado patrimonial do ente público foram impactados, respectivamente, em

- a) 23/02/2018 e 20/06/2017.
- b) 23/02/2018 e 23/02/2018.
- c) 28/02/2018 e 20/06/2017.
- d) 28/02/2018 e 30/10/2017.
- e) 23/02/2018 e 30/10/2017.

18.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o exercício financeiro abrange

- a) receitas projetadas.
- b) receitas empenhadas.
- c) faturamento previsto.
- d) despesas nele legalmente empenhadas.
- e) despesas orçadas.

19.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

Acerca da relação entre passivo exigível (visão patrimonial) e as etapas da execução orçamentária (visão orçamentária), é correto afirmar que o registro da obrigação patrimonial deve ocorrer

- a) antes da execução orçamentária.
- b) concomitantemente com a execução orçamentária.
- c) depois da execução orçamentária.
- d) independentemente da execução orçamentária.
- e) depois da prestação de contas da execução orçamentária.



20.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, o registro contábil da receita pública no âmbito da atividade tributária deve ocorrer na etapa

- a) da previsão, uma vez que essa etapa é a base para estimar as necessidades de financiamento do governo.
- b) do lançamento, uma vez que nessa etapa é verificada a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- c) da execução da despesa, quando os recursos forem efetivamente consumidos.
- d) da arrecadação, uma vez que nessa etapa evita-se que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse sua arrecadação efetiva.
- e) do recolhimento, uma vez que nessa etapa ocorre a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.



GABARITO



- | | |
|------|------|
| 1. E | 11.E |
| 2. E | 12.E |
| 3. C | 13.C |
| 4. E | 14.C |
| 5. D | 15.A |
| 6. D | 16.B |
| 7. B | 17.A |
| 8. C | 18.D |
| 9. C | 19.D |
| 10.A | 20.B |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.